

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IX - Nº 1.697 - BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2003



Patrícia Saboya é uma das autoras do requerimento

## Congresso vai investigar a exploração sexual infantil

O Congresso Nacional aprovou ontem requerimento que cria comissão parlamentar mista de inquérito para investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes.

PÁGINA 6

## Unilegis completa hoje um ano de fundação

PÁGINA 2

## Comissão aprova dois ministros para o Supremo

Os nomes do desembargador paulista Antônio Cezar Peluso e do advogado sergipano Carlos Augusto Ayres de Britto para o STF foram aprovados ontem pela CCJ. As indicações serão ainda submetidas ao Plenário.

PÁGINA 5

# Procuradores estimam prejuízo de US\$ 27,5 bi com remessas ilegais

Audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle abordou detalhes da investigação sobre irregularidades no uso das contas CC-5 por meio da agência do Banestado em Nova York

Três procuradores da República participaram ontem de audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle para fornecer detalhes das investigações sobre remessas ilegais via contas CC-5 na agência do Banestado em Nova York. Eles estimam que deve ultrapassar US\$ 27,5 bilhões, incluindo impostos e multas, o total de recursos envolvidos em operações

sob suspeita. Durante a investigação, que já dura quase cinco anos, foram identificadas 200 pessoas que teriam atuado como "laranjas" do esquema.

A senadora Ideli Salvatti defendeu a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito sobre o caso, desde que haja apoio de todos os partidos.

PÁGINA 3



Suassuna preside a Comissão de Fiscalização e Controle



Sarney assinou cinco atos alusivos aos 180 anos do Legislativo, inclusive a convocação de sessão especial do Congresso para 12 de junho

## Senado lança prêmios para comemorar 180 anos

O transcurso dos 180 anos do Poder Legislativo deve marcar a contribuição do Senado para a pesquisa da história e da cultura brasileiras. A afirmação foi feita pelo senador José Sarney ao assinar atos criando prêmios e diplomas relativos à comemoração.

PÁGINA 2

# Sarney quer marcar contribuição do Senado à pesquisa histórica

Presidente da Casa assina cinco atos relacionados às comemorações dos 180 anos do Legislativo. São instituídos diplomas de mérito e prêmios de pesquisa histórica e de redação

## Wellington Dias debate projetos para o Piauí

Acompanhado dos senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Alberto Silva (PMDB-PI) e Mão Santa (PMDB-PI), o governador Wellington Dias foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, com quem conversou sobre projetos para o desenvolvimento do Piauí.

Wellington Dias afirmou que algumas ações de interesse do Piauí e do Maranhão passam pelo Senado, como a construção de hidrelétricas na bacia do Rio Parnaíba, a construção de rodovias para integrar os dois estados e parceria na política de segurança pública.

### ANISTIADOS

Representantes da Associação dos Anistiados e Anistiandos da Força Aérea Brasileira também participaram, na última terça-feira, de audiência com José Sarney, juntamente com representantes da Associação dos Trabalhadores Aposentados, Pensionistas e Anistiados Políticos da Petrobras. Eles solicitaram ao presidente do Senado que usasse de sua influência na liberação do pagamento dos valores a que têm direito em razão da anistia.

O presidente do Senado participou ontem da cerimônia de condecoração da Ordem do Mérito Naval ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e ao ministro da Defesa, José Viegas Filho, no Grupamento de Fuzileiros Navais.

O presidente do Senado, José Sarney, assinou ontem cinco atos alusivos às comemorações dos 180 anos de instalação do Poder Legislativo no Brasil. Na presença de senadores integrantes da Mesa e de funcionários da Casa, Sarney disse que estava aproveitando a comemoração dos 180 anos do Legislativo para marcar de forma perene a contribuição do Senado à pesquisa da história e da cultura brasileiras.

O primeiro ato instituiu o Diploma de Honra ao Mérito Senado Federal de Cultura Brasileira, com o objetivo de agraciar, biennialmente, pessoas, obras ou institui-



Entre os atos assinados por Sarney está a convocação de sessão especial do Congresso em 12 de junho

ções. O diploma será conferido nas modalidades Personalidade, Literatura, Rádio, Televisão, Artes Plásticas, Documentação e Divulgação.

Noutra iniciativa, Sarney assinou ato instituindo o Prêmio Senado Federal de Pesquisa Histórica, para agraciar autor de traba-

## Universidade do Legislativo faz aniversário

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) comemora hoje, pela manhã, o primeiro aniversário da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), ocasião em que será inaugurada uma plaqueta da aula magna de sua instalação, proferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal Maurício Corrêa. O evento contará com a presença do presidente do Senado, José Sarney.

Pouco antes da cerimônia, às 10h, o vice-presidente da Casa, senador Paulo Paim (PT-RS), assina protocolo de intenções com o objetivo de estabelecer intercâmbio e cooperação técnico-científica e cultural entre o Senado, por intermédio do ILB, e o Tribunal de Contas da União (TCU), as assembleias legislativas do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, a Agência Nacional de Telecomuni-

cações (Anatel) e o governo do Rio Grande do Norte.

Às 14h, no auditório do ILB, será instalada a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel), em assembleia em que estarão presentes o vice-presidente do Senado, Paulo Paim, o diretor-geral da Casa, Agaciel Maia, o diretor do ILB, Florian Madruga, e diretores das escolas do Legislativo de assembleias legislativas.

## Lançamento: cartas entre dois poetas

José Sarney presidiu ontem, na Biblioteca do Senado, cerimônia de lançamento do livro *Carlos e Mário* — uma coletânea das cartas trocadas entre os poetas Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade, entre 1924 e 1945 —, editado pela Bem-Te-Vi Produções Literárias.

O presidente do Senado se referiu aos escritores como dois luminares da literatura brasileira. Disse que Drummond é o maior poeta brasileiro contemporâneo, enquanto Mário de Andrade abriu os caminhos da Semana de Arte Moderna.

Conforme Sarney, do relaciona-

mento desses dois poetas nasceu a idéia da preservação do patrimônio histórico brasileiro, ideal ao qual se juntou Rodrigo Melo Franco de Andrade. Nessa referência, o presidente do Senado homenageou uma descendente da família, a editora que ali fazia o lançamento, Vivi Nabuco.



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 15 DE MAIO DE 2003

### PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLV que reabre prazo para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos.

### COMISSÕES

10h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Requerimentos dos senadores Marcelo Crivella e Tião Viana solicitando, respectivamente, a criação de subcomissão permanente destinada a estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no I Encontro da Comunidade de Brasileiros no Exterior; PDLs aprovando textos de modificação do Convênio Constitutivo do FMI que trata de alocação especial de direitos especiais de saque (DES); de acordo entre o Brasil e o Uruguai para a construção de uma segunda ponte sobre o Rio Jaguarão; e de acordo sobre supressão de vistos em passaportes diplomáticos, especiais e de serviço e entre os países da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa; PDL que submete à consideração do Congresso Nacional o texto da convenção das Nações Unidas contra o crime organizado transnacional e seus dois protocolos relativos ao combate ao tráfico de migrantes por via terrestre, marítima e aérea e à prevenção, repressão e punição do tráfico de pessoas, em especial mulheres e crianças; entre outros.

Pauta-extra: Mensagem que submete à apreciação do Senado a escolha de Valdemar Carneiro Leão Neto para o cargo de embaixador no Canadá. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 7*

10h — Comissão de Assuntos Sociais  
1ª Parte

Pauta: Aviso nº 34/02, encaminha ao Senado cópia de decisão do TCU, sobre auditoria realizada no Pet; PLS que altera artigo da Lei nº 8.213/91, para dispor sobre concessão de aposentadoria por idade a trabalhadores rurais e segurados especiais; PLS que dispõe sobre concessão de desconto no valor de passagens para maiores de 60 anos; entre outros.

2ª Parte

Pauta: Mensagem que submete à apreciação do Senado o nome de José Leônidas de Andrade Feitosa para o cargo de diretor da ANS. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9*

10h — Comissão Mista de Orçamento

Pauta: apreciação do relatório apresentado para disciplinamento das relações jurídicas geradas pela eficácia da MP que abre crédito extraordinário em favor da Presidência da República e dos Ministérios de Minas e Energia, do Esporte e Turismo e da Integração Nacional; apreciação do relatório apresentado ao PDL referente à liberação da execução orçamentária à obra de conclusão do edifício-anexo do TRF da 2ª Região no Rio de Janeiro-RJ; entre outros. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

11h30 — Comissão de Fiscalização e Controle

Pauta: Requerimentos da senadora Ideli Salvatti solicitando seja convidado o procurador João Marques Brandão Neto para prestar esclarecimentos sobre remessas ilegais de divisas ao exterior utilizando as contas CC-5; e solicitando à Secretaria da Receita Federal a criação de um grupo de auditores fiscais para investigar sonegação tributária, via Banestado, em Nova York (EUA). *Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6*

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Paulo Paim  
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos  
1º Secretário: Romeu Tuma  
2º Secretário: Alberto Silva  
3º Secretário: Heráclito Fortes  
4º Secretário: Sérgio Zambiasi  
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza  
Serys Shessarenko  
Geraldo Mesquita Júnior  
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327  
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino  
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim  
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

## Para Ideli, MP não aumenta carga tributária

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) questionou a interpretação que jornalistas econômicos e líderes partidários estão dando à medida provisória (MP) que trata do parcelamento de débitos tributários junto à Receita Federal e ao Instituto Nacional do Seguro Social e que também prevê a reformulação do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Segundo ela, ao contrário do que tem sido dito, o acordo feito pelo governo Lula em torno da MP não aumenta a carga tributária, apenas faz uma redistribuição dos tributos.

Para fundamentar sua opinião, Ideli Salvatti destacou que a proposta amplia a possibilidade de incluir no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte (Simples) as creches, pré-escolas, auto-escolas, agências lotéricas e de corretagens de seguros e os escritórios de serviços contábeis.

Rosevelt Pinheiro



Ideli afirma que MP apenas redistribui tributos

Também desonera as cooperativas de produção agropecuária e de eletrificação rural do pagamento do Programa de Integração Social (PIS), do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Essas medidas, segundo ela, diminuem, ao invés de aumentar a carga tributária.

Para compensar a perda de arrecadação, explicou Ideli, a medida provisória propõe a ampliação da Cofins paga pelo sistema financeiro, de 3% para 4%. Ela também criticou os que protestam contra o aumento da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de 12% para 32%, para os prestadores de serviços.

— Os que estão criticando em nenhum momento dizem que esse aumento se dará apenas para os prestadores de serviços que optarem por calcular seu imposto pelo lucro presumido. Quando opta por esse tipo de cálculo, a pessoa não vai presumir que terá um grande lucro. Quem quiser pode fazer a declaração pelo lucro real — afirmou.

Em aparte, o senador César Borges (PFL-BA) disse que negar que a medida provisória aumenta a carga tributária “é como procurar tapar o sol com a peneira”.

# Remessas ilegais podem envolver US\$ 27,5 bilhões, dizem procuradores

Detalhes da investigação sobre irregularidades no uso das contas CC-5 foram relatados em audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle

Deve chegar a mais de US\$ 27,5 bilhões em impostos e multas o total de recursos que poderiam ser repatriados com a investigação de remessas ilegais via contas CC-5 na agência do Banestado em Nova York, informaram três procuradores da República durante audiência pública realizada ontem na Comissão de Fiscalização e Controle (CFC). O procurador Luiz Francisco de Souza pediu a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para apurar as irregularidades.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) apresentou requerimento para criação da CPI e defendeu sua instalação desde que haja apoio de todos os partidos. O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) afirmou que há assinaturas suficientes para isso, mas observou que o governo não quer que se realizem CPIs, por privilegiar as reformas.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-



Procuradores da República informaram aos senadores o andamento das investigações, mas não revelaram nomes dos responsáveis por irregularidades

AM) disse que assinará o requerimento e pediu em troca a assinatura de Ideli para criação de uma CPI que apure acusações de irregularidades ocorridas em Santo André (SP), cujo prefeito era do PT. Virgílio defendeu ainda uma acareação entre Luiz Francisco e o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge para “esclarecer de vez o caso”. Houve intensa discus-

são sobre o assunto entre Virgílio e Luiz Francisco, mas o presidente da CFC, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), lembrou que a audiência se destinava a tratar de outro assunto.

Antero pediu a divulgação dos nomes dos envolvidos no esquema das CC-5, mas os procuradores se negaram a fazê-lo, porque as investigações estão em curso. O senador sugeriu que seja alterada a legisla-

ção, eliminando o prazo de decadência para cobrança de impostos quando houver valores muito altos envolvidos.

Os procuradores compareceram à comissão a requerimento de Ideli Salvatti. A senadora perguntou por que a investigação se arrasta há tantos anos e lembrou que a CFC já aprovou a criação de uma comissão de três senadores para acompanhar as investigações em Nova York, assim que estas forem retomadas.

O senador Osmar Dias (PDT-PR) perguntou se é mesmo possível ter certeza de que os recursos são ilícitos e se o Banco Central não sabia o que acontecia. Os procuradores informaram que as investigações buscam determinar se efetivamente os recursos não foram declarados, mas observaram que há uma decisão do TCU afirmando que o BC sabia que havia um fluxo de recursos fora do normal em Foz do Iguaçu.

## Investigação já identificou 200 pessoas usadas como “laranjas”

Durante a audiência pública na Comissão de Fiscalização e Controle, ontem, a procuradora Raquel Branquinho Nascimento afirmou que o caminho para a criação de um esquema de lavagem de dinheiro e evasão de recursos foi franqueado com a autorização, pelo governo, da abertura de contas CC-5 — usadas por pessoas não residentes no Brasil.

Essas contas permitiam a realização de compras no Paraguai. Por intermédio de “laranjas”, os recursos passavam por Foz do

Iguaçu (PR), Paraguai e seguiam para a filial do Banco do Estado do Paraná (Banestado) em Nova York. Segundo a procuradora, foram examinadas contas destinando recursos a 50 mil titulares, mas apenas nove delas foram filtradas pelo critério de altos valores de depósitos, pois, sozinhas, movimentaram US\$ 1 bilhão.

A procuradora da República Valquíria Quixadá Nunes informou que, em investigação que já dura quase cinco anos, foram identificados 200 “laranjas” parti-

cipantes do esquema. Segundo Valquíria, autoridades norte-americanas que estão participando da investigação acreditam que os recursos movimentados sejam realmente ilícitos, uma vez que não haveria necessidade de tantos meandros para enviar recursos legais.

A procuradora lembrou que as investigações têm que vencer o prazo de cobran-



Valquíria disse que apuração deve ser acelerada

com a atual legislação, passados cinco anos não é mais possível recuperar os impostos não pagos. O procurador Luiz Francisco de Souza pediu a ajuda de 30 auditores fiscais da Receita Federal nas investigações para que haja informações antes do vencimento do prazo de cobrança de impostos.

## Relatórios de auditorias do TCU são arquivados

Na reunião da Comissão de Fiscalização e Controle, foram aprovados pareceres determinando o arquivamento de relatórios sobre auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) em obras do projeto de aproveitamento hidroagrícola dos ta-



João Ribeiro deu parecer contrário a requerimento

buleiros litorâneos de Parnaíba (PI), em precatórios pagos pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e na Agência Nacio-

nal do Petróleo.

Foi aprovado ainda relatório do senador João Ribeiro (PFL-TO) pelo arquivamento de requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) de fiscalização para examinar atos de gestão praticados pelo grupo Rede de Empresas Distribuidoras de

Energia e Subsidiárias. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) havia apresentado voto favorável, que foi rejeitado.

## Comissão analisa pedido para novo depoimento sobre CC-5

A Comissão de Fiscalização e Controle volta a discutir o caso da remessa ilegal de divisas para o exterior hoje, às 11h30. Serão votados dois requerimentos relacionados ao assunto, de autoria da senadora Ideli Salvatti.

O primeiro deles solicita à comissão que seja convidado o procurador da Procuradoria Geral da República em Blumenau (SC), João Marques Brandão Neto, para que preste esclarecimentos sobre investigações relacionadas a remessas de divisas por meio de contas CC-5. Ideli também requer que seja solicitada à Secretaria da Receita Federal a criação de um grupo de, no mínimo, 30 auditores fiscais, para investigar a sonegação tributária que teria acontecido por intermédio de agência do Banco do Estado do Paraná em Nova York.

# Maciel defende aprovação das reformas políticas

Senador considera essencial o aperfeiçoamento dos sistemas eleitoral e partidário para revigorar valores republicanos

No transcurso da primeira legislatura do século 21, o senador Marco Maciel (PFL-PE) diz ter a esperança de ver saldada uma importante dívida da representação política: a aprovação de um conjunto de reformas capaz de tornar o processo político "mais legítimo, mais coerente com as aspirações dos brasileiros e mais afinado com as necessidades do país". Se os ajustes demandados pelo sistema político-partidário não devem abrir mão do regime democrático, também não podem, na sua opinião, inviabilizar avanços na governabilidade.

— Impõe-se, portanto, a imprescindibilidade das reformas políticas, entendidas não apenas como aperfeiçoamento dos sistemas



Processo político deve estar "afinado com necessidades do país", diz Marco Maciel

eleitoral e partidário, mas também do sistema de governo, e como fortalecimento do pacto federativo e revigoramento dos valores republicanos — afirmou.

Para Maciel, a reforma política exige muito mais do que a substituição de um sistema eleitoral por outro, ou seja, do sistema proporcional pelo majoritário. O senador

se mostra convencido da "superioridade" da primeira modalidade de voto, adotada no Brasil e considerada por ele como mais democrática e essencial para a consecução do pluralismo partidário e da diversidade ideológica.

Não obstante, o parlamentar aponta a necessidade de "remédios corretivos". A adoção da cláusula de desempenho, que exige dos partidos a conquista de 5% dos votos para representação legislativa, seria um caminho para seu aperfeiçoamento. Criada pela Lei nº 9.096/95, sua aplicação está prevista para 2006, mas Maciel considera viável "testá-la" já no pleito municipal do próximo ano. Segundo observou, bastaria pequena mudança nessa lei, já contemplada em projeto aprovado no Senado e em tramitação na Câmara.

## Mão Santa sugere medida para reduzir supersalários

O senador Mão Santa (PMDB-PI) manifestou ontem sua indignação com os supersalários de algumas categorias de servidores públicos, que ganham, mensalmente, quase R\$ 30 mil. Ele conclamou o presidente Lula a utilizar um redutor sobre os supersalários, que ele considera "uma injustiça com o trabalhador brasileiro que ganha tão pouco".

Mão Santa lembrou que, ao assumir o governo do Piauí, também encontrou salários exorbitantes pagos pelos cofres estaduais. Ele disse ter conseguido, no Supremo Tribunal Federal,

liminar que lhe permitiu reduzir esses salários.

O senador frisou que, se o governo Lula "se esquecer de olhar para os pequenos", não conseguirá cuidar do Brasil. Para ele, o maior salário pago não poderia ser maior do que 30 vezes o salário mínimo atual, ou seja, R\$ 7.200. Em aparte, o senador Amir Lando (PMDB-RO) concordou que algo tem que ser feito sobre os salários exorbitantes.

Mão Santa ainda considerou o péssimo estado das rodovias brasileiras como um problema muito urgente, porque aumenta os cus-



Teto salarial deveria ser equivalente a 30 vezes o mínimo, afirma Mão Santa

tos do transporte e compromete as exportações.

Em aparte, Alberto Silva (PMDB-PI) propôs uma Câmara de Gestão para coordenar a reconstrução das estradas, usando parcela cobrada no preço do óleo diesel.

## Delcídio Amaral destaca atuação da ANP

O senador Delcídio Amaral (PT-MS) disse ter boas expectativas em relação à atuação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) no governo Lula. O parlamentar foi o relator da indicação do engenheiro Luiz Alfredo Salomão para a diretoria da agência, que foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura na terça-feira.

— Eu fico cada vez mais confiante que ele (Luiz Salomão) vai prestar um serviço muito compe-

tente, criando condições para novos investimentos, e que, acima de tudo, o público consumidor ganhe com isso, a partir de preços cada vez mais competitivos — afirmou o senador.

O parlamentar destacou ainda que as agências reguladoras precisam manter ligação estreita com ministérios e governo. Ele alertou que as agências devem ter autonomia e condição para atuar no mercado, de forma a coibir desvios em relação às regras estabelecidas.



Delcídio elogia indicação de diretor para a Agência Nacional do Petróleo

## Sarney recebe ministros do Supremo Tribunal Federal

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu na noite de terça-feira os ministros do Supremo Tribunal Federal para um jantar destinado a estreitar o relacionamento entre o Legislativo e o Judiciário e a homenagear os três ministros que acabaram de se aposentar naquela Corte — Márcio Moreira Alves, Sydney Sanches e Ilmar Galvão. Sarney disse que o encontro visava também mostrar sua estima pelo Judiciário.

— Nosso sistema de governo está alicerçado justamente no equilíbrio entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, que devem ser independentes, mas harmônicos entre si. Hoje estamos aqui reunidos para mostrar o nosso apreço pelo Poder Judiciário, que tem a guarda da Constituição

e que todos nós devemos prestigiar — afirmou ele.

Referindo-se à aposentadoria dos três ministros, o presidente do Senado assinalou que o encontro servia também para homenageá-los, depois da longa lista de serviços por eles prestados à magistratura e ao Direito. "Agregada a essa homenagem ao Supremo, há também um dever para com esses homens que tanto fizeram pela Justiça brasileira", ressaltou.

O presidente do STF, Marco Aurélio de Mello, enalteceu a importância do encontro: "Demonstra a deferência que o presidente Sarney sempre teve para com o Judiciário. Isso a partir de algo que é preconizado pela Carta da República, que é a harmonia entre os Poderes".

## Paim elogia indicação de Joaquim Benedito Gomes

O senador Paulo Paim (PT-RS) elogiou a indicação, pelo presidente Lula, de Joaquim Benedito Barbosa Gomes para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Joaquim Barbosa poderá ser o primeiro negro a ocupar uma vaga na Corte Suprema do país. Também foram indicados para o STF o desembargador paulista Antônio Cezar Peluzo e o advogado e professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS) Carlos Ayres Britto.

— A indicação (de Joaquim Bar-



Indicado será primeiro ministro negro do STF, destaca Paim

bosa) tem força simbólica, sinaliza a valorização de políticas de inclusão. A democracia brasileira se fortalece, porque com a participação plena da população negra a igualdade constitucional transforma-se em realidade concreta — afirmou o senador.

Paim considerou igualmente importante a iniciativa do presidente Lula de retirar projeto de lei que propunha a flexibilização da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

## Permanece em pauta a MP que beneficia taxistas

Ainda sem acordo entre as lideranças partidárias, o Plenário do Senado não pôde votar ontem a medida provisória (MP) que prorroga até o final de 2006 a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados na compra de carro novo por taxistas. A mesma MP também amplia em seis anos o prazo para que prefeituras que refinanciaram dívidas com a União tomem empréstimos no exterior, com

o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com a Caixa Econômica Federal. A MP voltará à pauta hoje. Caso não haja acordo, é intenção do presidente do Senado, José Sarney, colocar em votação na terça-feira as medidas provisórias que já estão trancando a pauta de votações — elas têm de ser votadas antes de outros projetos.

# Comissão aprova dois ministros para o STF

Nomes de Antônio Cezar Peluso e Carlos Augusto Ayres de Britto vão agora ao Plenário. Joaquim Benedito Barbosa Gomes, também escolhido pelo presidente da República para uma das três vagas no STF, será sabatinado na quarta-feira

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem as indicações do desembargador paulista Antônio Cezar Peluso e do advogado sergipano Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto para os cargos de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Os dois foram sabatinados em sessões separadas, pelos senadores integrantes do colegiado. O terceiro indicado, o procurador da República Joaquim Benedito Barbosa Gomes, deverá ser sabatinado na próxima quarta-feira, dia 21.

Eles foram escolhidos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para substituir os ministros Márcio Moreira Alves, Sydney Sanches e



Antônio Peluso (terceiro à esquerda), entre o ministro Sydney Sanches, João Alberto, Edison Lobão, José Maranhão e o advogado Rubens Appabato

Ilmar Galvão, que se aposentaram, por ter atingido a idade limite de 70 anos. Peluso foi aprovado com 19 votos a favor e dois em branco.

Já Carlos Ayres teve 20 votos a favor e uma abstenção. Agora as indicações vão ser submetidas ao Plenário do Senado.

## Peluso defende reforma sem controle externo

Durante a sabatina na Comissão de Justiça, Antônio Cezar Peluso deixou claro que é favorável a uma ampla reforma do Judiciário, mas contrário a qualquer modalidade de controle do poder, interno ou externo.

Em resposta a Sibá Machado (PT-AC), Peluso disse que a taxa-ção dos inativos não é uma questão jurídica, mas sim política. Questionado por João Capiberibe (PSB-AP), ele se manifestou contra a redução da maioria penal para 16 anos.

O indicado concordou com observação do líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), de que o Judiciário brasileiro "está longe" de atender de forma razoável à população brasileira.

O candidato a ministro do STF também concordou com o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), no sentido de que a Justiça brasileira é morosa. O jurista observou que a demora no julgamento de processos não é um mal só brasileiro.

Respondendo a Pedro Simon (PMDB-RS), o jurista informou que, embora seja pesada a carga



Demora nos processos, redução da idade penal e mudanças no Judiciário foram temas das perguntas feitas pelos senadores

de trabalho dos juízes, apenas 10% a 15% da população brasileira, de acordo com seus cálculos, consegue ter acesso ao Judiciário. Para Peluso, o Judiciário não conseguiria atender à demanda se todos os que necessitam resolvessem recorrer àquele poder.

A uma indagação de Almeida Lima (PDT-SE), afirmou que o atraso dos processos é tão grave que vem gerando dificuldades para os advogados – especialmente em São Paulo –, que não podem esclarecer os seus clientes sobre as ações nem receber honorários, por falta de julgamento dos feitos.

Eduardo Suplicy (PT-SP) perguntou sobre a constitucionalidade do projeto estabelecendo que o preso poderá ser isolado pelo prazo de um ano ou até 750 dias. O jurista

afirmou que não entende como antidemocráticas medidas de maior rigor no regime disciplinar. Tasso Jereissati (PSDB-CE) observou que esse tratamento só é previsto para os presos líderes de organizações criminosas que ofereçam risco para a ordem penitenciária.

Em resposta ao líder do PT, Tião Viana (AC), que quis saber a opinião do desembargador sobre clonagem humana, Peluso opinou que é melhor o respeito à lei do que a transferência do caso às comissões de ética.

Questionado por Demostenes Torres (PFL-GO), o jurista disse compartilhar da opinião quanto à necessidade de fortalecimento dos juízes de primeira instância.

Magno Malta (PL-ES) informou que foi o melhor possível o resultado de pesquisa que ele fez, por telefone, junto a moradores de Bragança Paulista – cidade natal do sabatinado – para colher referências de Peluso.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) elogiou a indicação de Antônio Peluso pelo presidente Lula.

## Carlos Ayres: efeito vinculante inibe atuação dos magistrados

Também sabatinado ontem pela Comissão de Justiça, o jurista Carlos Augusto Ayres de Britto manifestou-se contra a adoção do efeito vinculante, que obriga as instâncias inferiores do Judiciário a seguirem decisões dos tribunais superiores. Ele disse que o instituto inibe a atuação dos juízes e é de difícil conciliação com o texto constitucional.

– A Constituição diz que a lei não excluirá da apreciação do Judiciário lesão ou ameaça ao direito, o que poderá ocorrer com a adoção da súmula vinculante.

Carlos Ayres expôs sua opinião sobre outros temas relacionados ao Poder Judiciário. Ele entende que algumas medidas podem ser tomadas para dotar a Justiça de maior transparência. Entre essas, estaria a democratização da elaboração orçamentária do Judiciário. Além disso, ele defendeu a instalação de ouvidorias judiciárias para receber queixas e sugestões da sociedade.



Carlos Augusto Ayres de Britto quer fortalecimento do Ministério Público

– Faltam visibilidade e transparência em certos setores do Judiciário.

O jurista pregou o fortalecimento do Ministério Público, que tem entre suas atribuições fiscalizar o Judiciário. "A Constituição diz que o Ministério Público

tem por finalidade a defesa do regime democrático, da ordem jurídica e dos direitos indisponíveis. É preciso apenas incorporar este comando ao cotidiano", observou.

Carlos Augusto Ayres de Britto se dedica à advocacia e à vida acadêmica. Ele tem mestrado em Direito do Estado e doutorado em Direito Constitucional, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Poeta diletante, afirmou para os senadores da CCJ ser um homem guiado por princípios, característica que pretende levar para a atividade no STF.

– Não tenho metas ou objetivos a alcançar; tenho princípios e com eles não me preocupo aonde vou chegar – afirmou.

## Senadores dizem que jurista levará ao Supremo sentimento de humanidade

A escolha do jurista sergipano Carlos Augusto Ayres de Britto para o Supremo Tribunal Federal foi elogiada pelos senadores. Pedro Simon (PMDB-RS) disse que Carlos Ayres levará um sentimento de humanidade para o STF.

O relator da indicação, Marcelo Crivella (PL-RJ), ressaltou a humildade do jurista. Almeida Lima (PDT-SE) lembrou que há 50 anos Sergipe não se fazia presente no STF. Amir Lando (PMDB-RO) elogiou a trajetória acadêmica do in-

dicado. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou que Carlos Ayres já é uma unanimidade, e defendeu maior controle sobre os tribunais.

Os senadores não consideram o fato de Carlos Ayres ter milita-

do 18 anos no PT um empecilho à atividade no STF. Demostenes Torres (PFL-GO) entende que essa militância é "uma qualidade".

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), observou que o jurista levará ao Supremo o

sentimento de que é necessário promover a inclusão social.

O presidente da CCJ, Edison Lobão (PFL-MA), afirmou que as audiências com os indicados para o Supremo reeditam os melhores momentos do Parlamento.

## Exploração sexual será investigada

Com 207 assinaturas de deputados e 37 de senadores, foi criada ontem no Congresso Nacional uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar as redes de exploração sexual contra crianças e adolescentes. O requerimento da CPI é das senadoras Patrícia Saboya Gomes (PPS-CE) e Serys Slhessarenko (PT-MT) e da deputada Maria do Rosário (PT-RS).

— A CPI ajudará a apagar de vez essa chaga e essa doença da sociedade. Nós não podemos mais conviver com isso. A CPI vai alertar e indignar os brasileiros contra esses crimes — justificou Patrícia.

Para ela, o momento é propício à CPI porque uma das prioridades do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é exatamente combater a exploração e o abuso sexual contra crianças e adolescentes. Ela disse ser importante a implementação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, aprovado em junho de 2000. No Orçamento da União para este ano estão reservados apenas R\$ 9 milhões para o combate à exploração de crianças e adolescentes.

### ESTUDO

O estudo Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil, realizado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), foi a base do requerimento de criação da CPI. O trabalho da OEA foi coordenado no Brasil, no ano passado, pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre a Criança e o Adolescente (Cecria). A pesquisa revelou que o crime organizado utiliza no Brasil 241 rotas terrestres, marítimas e aéreas para explorar sexualmente mulheres, jovens e crianças.

Ainda conforme o estudo, as redes de exploração sexual se escondem sob fachadas de empresas de turismo, moda, transporte e entretenimento, facilitando o tráfico de pessoas para fins sexuais, dentro e fora do país. Existe ainda comunicação entre essas empresas e o crime organizado internacional.

# Tourinho propõe gasoduto do Sudeste ao Nordeste

Para o senador, que já foi ministro de Minas e Energia, medida poderá garantir abastecimento de eletricidade aos nordestinos

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), ex-ministro de Minas e Energia, defendeu ontem a construção de um gasoduto unindo o sistema de distribuição de gás da Região Sudeste com o do Nordeste. Além de baixar os custos industriais e permitir seu uso em automóveis, o gasoduto ajudará a abastecer as termelétricas em funcionamento ou em construção, uma forma de garantir o abastecimento de eletricidade dos nordestinos.

Para ele, o Nordeste ainda enfrenta riscos no abastecimento de eletricidade, pois não foi concluído um sistema de ligação direta das hidrelétricas do Sudeste com as do Nordeste e o Rio São Francisco já não suporta novas usinas. Hoje, a ligação dos sistemas elétricos do Nordeste com o Sudeste



Gasoduto reduzirá custos industriais, defende Rodolpho Tourinho

tem um desvio de milhares de quilômetros, passando por Tucuruí, no Pará.

Tourinho defende o gasoduto Sudeste-Nordeste no momento em que a Petrobras anuncia a revisão de seu plano estratégico, que prevê o incentivo à oferta de gás em áreas do Brasil ainda não atendidas. Além disso, recente-

mente foram descobertas grandes jazidas de gás natural no litoral de São Paulo, que aumentaram as reservas brasileiras em 30%. O gasoduto Sudeste-Nordeste ligaria o Espírito Santo à Bahia. Já existe um gasoduto entre a Bahia e os outros estados do Nordeste, chamado de "Nordestão".

Rodolpho Tourinho observou que hoje já existem distribuidoras de gás natural em todos os estados. No entanto, ele entende que a expansão industrial baseada no gás e o abastecimento de termelétricas estão chegando no limite da atual infra-estrutura. Daí a necessidade do novo gasoduto.

Em apêndice, José Jorge (PFL-PE) e Delcídio Amaral (PT-MS) deram apoio à reivindicação de Rodolpho Tourinho, destacando a importância do gás para garantir a geração de eletricidade.

## Raupp quer solução para reserva florestal

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) pediu urgência na votação do projeto de conversão da medida provisória que altera dispositivos do Código Florestal, limitando em 20% a fração de área das propriedades rurais, localizadas na Amazônia, a ser considerada utilizável para atividades produtivas. Pela MP, os 80% restantes, obrigatoriamente, devem se constituir reserva florestal.



Valdir Raupp quer ampliação da área para plantio na Amazônia

Segundo o senador por Rondônia, como o projeto de conversão ainda não foi votado, vale o texto da MP e o governo federal, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, vem cobrando dos estados amazônicos o cumprimento da determinação

dos 80% de reserva florestal. Ele informou que, com isso, cerca de 70 mil pequenos agricultores estão sendo prejudicados, pois não obtêm nos bancos (que exigem

dos produtores rurais a apresentação dos certificados do Ibama) os financiamentos necessários para o plantio.

— O que proclamamos é a obrigação moral, por parte da União, de permitir que as áreas pertencentes a agricultores assentados pelo Incra há 30, 40 anos, possam continuar a ser exploradas comercialmente por seus proprietários. Eles não podem ser forçados, agora, depois de tanto tempo, a replantar a floresta tropical úmida nas áreas que lhes foram concedidas para cultivar e para delas tirar seu sustento — afirmou Valdir Raupp.

## Iris defende valorização da empregada doméstica

A necessidade de se valorizar a atividade dos empregados domésticos foi defendida ontem, da tribuna, pela senadora Iris de Araújo (PMDB-GO), lembrando que a categoria representa mais de 20% da força de trabalho do país. Desse contingente de quase 6 milhões, informou, mais de 5,5 milhões são mulheres. Segundo a senadora, mesmo no serviço doméstico os

homens são mais bem remunerados do que as mulheres.

Como não havia mais tempo para terminar o discurso na sessão de ontem, Iris de Araújo anunciou que continuará hoje a leitura do texto, em vez de recorrer ao dispositivo regimental que permite publicar o pronunciamento nos Anais do Senado, como se o tivesse lido em Plenário. Ela disse ter



Iris de Araújo afirma que, mesmo no serviço do lar, salário da mulher é menor que o do homem

feito pesquisa sobre a situação dos empregados domésticos, e, por isso, considera importante pronunciar o discurso na íntegra.

## Jucá filia-se ao PMDB e ocupa vice-liderança

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem, ao participar do ato de filiação do senador Romero Jucá (RR) ao PMDB, que o partido "está numa fase de crescimento" e intensificando sua aproximação com o governo federal. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), estava presente, assim como o líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), o presidente e o presidente de honra do partido — Michel Temer e Paes de Andrade, respectivamente —, entre outros senadores e deputados.

— Estamos numa fase bem avançada, em nível parlamentar, da cooperação total com o governo. Estamos no caminho certo, o partido aumenta seus quadros e recebe hoje um grande parlamentar, que é o senador Romero Jucá — afirmou o presidente da Casa.

Renan Calheiros anunciou que Jucá vai ocupar uma das vice-lideranças e enfatizou que sua filiação acrescenta não só quantitativamente — o PMDB passa a ter 22 senadores — como também qualitativamente.

Jucá lembrou que, como filiado ao PSDB, já vinha trabalhando em conjunto com a bancada do PMDB, por identidade de posições.

## Paim discute o problema do trabalho infantil

O senador Paulo Paim (PT-RS) informou que pesquisa sobre trabalho infantil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada em abril, constatou que 5,4 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhavam no país em 2001. Quase a metade delas, ou 2,2 milhões (48,6%), não recebiam qualquer remuneração.

Entre as que tinham algum vencimento, 41,5% ganhavam menos de meio salário mínimo. Outras 35,5% ganhavam de meio a um salário mínimo, sendo que 1,83 milhão de crianças cumpriam jornada de 40 horas ou mais por semana.

— Esperamos que o anunciado Programa Primeiro Emprego, que deve atingir quatro milhões de brasileiros de 15 a 24 anos de idade, seja posto logo em prática para ajudar no encaminhamento de soluções para este grave problema — desejou o senador.

Ao discutir o problema do desemprego, Paim defendeu a redução das taxas de juros visando o retorno financeiro para os investimentos produtivos. Outra proposta vislumbrada pelo senador é a redução da jornada de trabalho, de 44 para 40 horas semanais.

Roosevelt Pinheiro



Para Jucá, programas financiados pelo FNDE ajudam a combater as deficiências do sistema educacional

## Jucá defende continuação do trabalho do FNDE

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou a importância dos programas financiados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao longo dos últimos 30 anos e pediu a continuidade desses projetos. Ele afirmou que é preciso manter “com perseverança” uma política de longo prazo que incorpore mudanças quantitativas e qualitativas nos padrões educacionais brasileiros, “para diminuir o fosso das desigualdades sociais”.

Jucá acredita que uma educação de qualidade é o único instrumento de ação capaz de reverter as grandes diferenças sociais e regionais do país, a alta concentração de renda e “as distorções acumuladas ao longo de 500 anos de história”.

Os programas financiados pelo FNDE, frisou o senador, contribuiriam para consolidar a universalização do ensino fundamental no Brasil, dando ênfase à elevação da qualidade da educação, por meio de ações voltadas para a redução das desigualdades sociais e regionais. Ele lembrou que hoje, em qualquer município do país, existem escolas que oferecem a todas as crianças as condições de completar oito anos de estudo, “o que dá a esperança de um futuro melhor para os jovens”.

Jucá enumerou as ações financiadas pelo FNDE, entre elas os Programas Nacionais de Alimentação Escolar e do Livro Didático, Biblioteca na Escola, Dinheiro Direto na Escola, Saúde da Escola, Transporte da Escola e Supletivo, programas que têm contribuído para a solução de problemas crônicos do sistema educacional, como o elevado índice de repetência, a evasão escolar, as desigualdades regionais no âmbito educacional e a formação deficiente de professores.

# Mesquita quer proibir anúncio de bebida na TV

Senador considera um contra-senso que concessões públicas promovam o consumo de produtos nocivos à saúde

Projeto apresentado em Plenário ontem pelo senador Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) proíbe a propaganda comercial de bebidas alcoólicas no rádio, na televisão e nos serviços de TV por assinatura. Segundo o autor, é um contra-senso que as empresas fabricantes de bebidas se utilizem de concessões públicas (rádio e emisoras de televisão) para promover o consumo de produtos nocivos à saúde.

O senador argumentou que o primeiro contato dos dependentes de álcool com a bebida normalmente se dá na adolescência, e um dos fatores que incentivam esse contato é a influência dos meios de comunicação.

Da mesma forma, Mesquita Júnior propõe que não seja permitida a propaganda comercial de bebidas alcoólicas associadas a esporte olímpico ou de competição, à condução de veículos, à condição de maior êxito das pessoas e às imagens ligadas à sexualidade.



Mesquita Júnior: SUS autorizou 121 mil internações hospitalares causadas pelo álcool em 2001

Levantamento realizado em 1997 em dez capitais brasileiras, disse o senador, mostrou que 74% dos adolescentes de escolas de ensino fundamental e médio já haviam feito uso de álcool. Além disso, dados do Sistema Único de Saúde (SUS) revelaram que, em 2001, foram emitidas 121.901 autorizações para internação hospitalar por alcoolismo, com gastos anuais de R\$ 60 milhões.

O senador acentuou que meta-

de dos pacientes vítimas de acidentes de trânsito no Hospital das Clínicas de São Paulo apresentou teor alcoólico no sangue acima do permitido. No caso das vítimas fatais, a proporção chega a 96%. Os gastos anuais do SUS com o tratamento chega a R\$ 1 milhão.

O projeto também pretende modificar o conceito de bebida alcoólica na atual legislação, segundo o senador para permitir às autoridades prevenirem o uso cada vez maior das chamadas bebidas *ice* (mistura de suco de frutas com vodca, tequila etc.) que, apesar de consideradas inocentes pelo público jovem, causam embriaguez e dependência, agravando o alcoolismo precoce.

O projeto considera, para efeitos legais, como “bebida alcoólica” todo líquido com qualquer teor alcoólico, e não apenas aquelas bebidas com teor alcoólico superior a 13 graus Gay Lussac (GL), como estabelece a atual legislação.

## Dívida com Fies pode ser trocada por serviço social

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) apresentou projeto de lei propondo que, em caso de desemprego, a amortização da dívida com o crédito educativo possa ser substituída pela prestação de serviço à comunidade, na área de formação acadêmica do estudante. O projeto também determina o cancelamento da dívida para os casos em que ocorrer invalidez permanente. A matéria, que terá decisão terminativa, tramita nas Comissões de Educação (CE) e de Assuntos Econômicos (CAE), aguardando emendas.

Mercadante justifica sua pro-

posta explicando que o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (Fies) não absorveu todos os estudantes do antigo Programa de Crédito Educativo. Segundo ele, isso levou muitos dos que migraram para o novo programa a reescalonar o saldo devedor, por impossibilidade de saldar as dívidas.

— Nada mais justo que substituamos o pagamento que deveria ser feito pelo estudante por serviços prestados às famílias e comunidades onde as carências são mais manifestas, como, por exemplo, nas áreas de saúde pública, odontolo-



Aloizio Mercadante, autor do projeto: questão de justiça com os universitários

gia, educação, engenharia sanitária, construção de moradias, eletrificação rural, enfermagem, esporte comunitário, música e teatro, sempre de acordo com a sua formação acadêmica”, justifica o senador no projeto.

## Paim propõe salário-família de R\$ 15,95

Projeto de lei do senador Paulo Paim (PT-RS) eleva para R\$ 15,95 o valor do salário-família pago aos segurados da Previdência Social que recebem até R\$ 664,80.

Paim esclareceu que manteve a mesma proporção do último reajuste. O valor da cota do salário-família em 1999 era de R\$ 9,05 para o segurado que recebia até R\$

376,60, o que correspondia a 2,77 salários mínimos vigentes naquele ano (R\$ 136,00).

A matéria está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e se for aprovada na comissão irá diretamente para a Câmara dos Deputados, já que a decisão é terminativa, a não ser que haja recursos dos senadores para que seja vo-

tada no Plenário. Ao justificar a proposta, Paim argumentou que o último reajuste nesse benefício data de maio de 1999.

— O projeto visa reajustar o valor da cota do salário-família. Dada a importância social dessa proposta é que conto com a colaboração dos ilustres pares — ressaltou o senador.



Jonas Pinheiro: governo proíbe o plantio das sementes, mas importa algodão transgênico

## Jonas Pinheiro pede liberação de transgênico

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) fez um apelo ontem pela liberação do uso de sementes geneticamente modificadas, pelo menos no cultivo do algodão. Ele argumentou que, nos Estados Unidos, está sendo amplamente utilizada uma semente geneticamente modificada contendo a proteína de um bacilo que mata lagartas predadoras.

— Quem não usa o algodão Bt (*Bacillus thuringiensis*) não produz nada — disse o senador, acrescentando que ele não faz mal aos seres humanos nem ao ambiente.

Segundo Jonas Pinheiro, já existem 21 países no mundo que usam os transgênicos de maneira irrestrita. Ele lembrou que essa produção completou 25 anos sem que tenha sido constatado qualquer dano à saúde ou ao meio ambiente e classificou a manutenção da proibição como “excesso de zelo”.

Jonas Pinheiro explicou que o plantio de algodão Bt requer a utilização de apenas um quarto da quantidade normal de pesticidas na lavoura, o que diminui os custos de produção e os danos ao meio ambiente causados pela pulverização mais intensa.

O senador protestou contra a incoerência do governo brasileiro, que, de um lado, proíbe os transgênicos na produção algodoeira, enquanto, de outro, importa algodão dos Estados Unidos, China e Índia, que usam sementes tratadas com proteína Bt, a um custo de US\$ 120 milhões, em 2002.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que os transgênicos já se disseminaram pelo mundo inteiro, não havendo qualquer evidência de dano à saúde ou ao meio ambiente. Sibá Machado (PT-AC) afirmou ser necessário “desideologizar” o debate. Para ele, o Brasil deve investir em pesquisa e desenvolver patentes de sementes geneticamente modificadas.

Roosevelt Pinheiro

# Garibaldi pede transposição de águas do São Francisco

Conforme senador, desvio só ocorreria em determinados períodos, para que nenhum estado banhado pelo rio seja prejudicado

Não há como falar em desenvolvimento do semi-árido do Nordeste sem uma solução consistente para a falta de água na região, afirmou ontem o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) ao defender a transposição de águas do Rio São Francisco. O senador admitiu que a proposta é polêmica, por envolver o interesse de diversos estados, mas sustentou que a importação de água para o Nordeste é uma necessidade indiscutível e inadiável.

— A transposição é acima de tudo um projeto de gestão de recursos hídricos. E a gestão eficiente da água constitui a ação mais importante a ser empreendida na região — disse o senador.

Garibaldi argumentou que a retirada das águas só se daria em ocasiões em que os usos do Rio São



Garibaldi disse que custos da transposição equivalem a um ano de verbas para combater a seca

Francisco não fossem prejudicados, evitando transtornos para os estados já banhados pelo rio. O senador disse ainda que as finalidades principais do projeto são o abastecimento humano e a irrigação, diminuindo os custos oriundos do socorro às populações cas-

tigadas pela seca.

— O custo do projeto, avaliado em cerca de 1 bilhão de dólares, corresponde basicamente aos recursos governamentais empregados pela União, estados e municípios em um único ano de seca — declarou.

Prevedendo discordâncias em relação ao projeto — que desagradou aos estados que seriam fornecedores das águas —, Garibaldi propôs esforços no sentido da construção de uma engenharia política que permita a união dos estados nordestinos em torno do assunto.

— Os estados banhados pelo Rio São Francisco devem entender que a água é um recurso natural indispensável à vida e ao desenvolvimento das regiões. Chegou a hora de deixarmos de lado as arestas e construirmos uma solução que atenda a todos — afirmou.

## Proposta causa polêmica entre os senadores

O discurso do senador Garibaldi Alves Filho provocou as manifestações de sete parlamentares. Pela Bahia, falaram os senadores César Borges (PFL) e Antonio Carlos Magalhães (PFL), que, apesar de elogiarem o discurso do representante potiguar, se posicionaram contra a transposição.

— O governo federal nunca teve vontade política para resolver o problema por meio de um plano nacional de recursos hídricos, preferindo ações emergenciais. Mas a transposição não é uma saída. O São Francisco está morrendo e, na época da seca, pode ser atravessado a pé, em alguns trechos. Somente na Bahia, há 500

mil hectares que podem ser irrigados, mas os projetos estão parados — lamentou César Borges.

Antonio Carlos chamou a atenção para a inexistência de um plano decenal para atacar o problema da seca. No entanto, ele se mostrou confiante na busca de um entendimento que atenda aos interesses de todos os estados da região.

Apesar de admitir a viabilidade técnica da transposição, o senador Almeida Lima (PDT-SE) disse que realizá-la significa “condenar o São Francisco à morte”. José Jorge (PFL-PE) observou que a seca pode ser reduzida melhorando o uso do rio pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco

(Chesf), uma vez que as potencialidades energéticas já se encontram praticamente esgotadas.

Reginaldo Duarte (PSDB-CE) defendeu o aprofundamento dos estudos visando à transposição de águas do Rio Tocantins, que, a despeito do custo maior, poderá ser uma solução mais adequada, dada a vazão insuficiente do São Francisco. Ney Suassuna (PMDB-PB) informou ter recebido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a garantia de que serão viabilizados recursos para a transposição do São Francisco. Ramez Tebet (PMDB-MS) manifestou a solidariedade da Região Centro-Oeste ao projeto de transposição.

## Valmir Amaral quer pena maior para receptador

Projeto do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) altera o Código Penal, propondo que o crime de receptação seja equiparado ao roubo, nas suas formas simples e qualificada, o que elevaria a pena para quatro a dez anos de reclusão. Hoje, o receptador está sujeito à pena de um a quatro anos.

Para Valmir Amaral, o receptador é quem se aproveita verdadeiramente do fruto do crime e, por isso, ele é



Valmir Amaral: quem se aproveita mais do crime é o receptador

tão ou mais criminoso que o ladrão. Além disso, acrescenta na justificativa da proposta, há muitos receptadores que são mandantes do furto ou do roubo, sendo a causa imediata da criminalidade.

O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e tem como relator o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

## Lúcia Vânia relata drama vivido por município goiano

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) denunciou ontem as consequências negativas de assentamentos feitos de maneira aleatória no município goiano de Baliza, que quase dobrou o número de habitantes há quatro meses, quando recebeu 686 famílias de sem-terra. Com isso, continuou a senadora, a cidade passou a ter problemas na prestação de serviços públicos nos setores de educação, saúde e segurança.

— Chamo a atenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a gravidade dessa situação, apelo em nome do meu estado por providências para minimizar o sofrimento daquelas famílias e transmitir a apreensão do prefeito de Baliza, que ainda não encontrou eco no governo federal — disse.

Lúcia Vânia informou que o Hospital Municipal foi interditado pela Vigilância Sanitária por falta de recursos e que o prefeito Humberto Robson Grossi foi obrigado a paralisar obra a fim de construir uma escola para 500 crianças de um novo assentamento. Além disso, o município foi obrigado a assumir a



Lúcia Vânia: caso de Baliza mostra que modelo de reforma agrária precisa ser repensado

responsabilidade pelo abastecimento de água aos assentados, que não dispõem de qualquer infraestrutura, acrescentou.

Para a senadora, a situação de Baliza mostra a necessidade de se definir novo modelo de reforma agrária, para a qual o governo não tem uma política clara. Ela citou como exemplo de experiência bem-sucedida o programa Banco da Terra, que atribui aos beneficiários, organizados em associações ou em cooperativas, o poder efetivo para a seleção, a negociação do preço da terra e a forma de utilização produtiva dos imóveis adquiridos.

## Ana Júlia cobra o fim da impunidade no Pará

O assassinato do vereador Adão Lote (PSB), morto na noite de terça-feira diante da esposa e do filho adolescente, na cidade de Tucumã (PA), levou a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) a pedir providências ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

— A impunidade tem sido a mãe da violência no Pará, estado campeão de mortes no campo — observou a senadora.

Ana Júlia disse que o vereador assassinado vinha denunciando irregularidades na prefeitura de Tucumã. Destino semelhante teve, há dois anos, o vereador Zito, de Canaã dos Carajás, que denunciou desvio de recursos públicos na câmara municipal, conforme a senadora. Ela lamentou que o processo está até hoje sem julgamento e que ninguém



Ana Júlia afirma que violência no sul do estado “passou a ser rotina”

tenha sido preso. Por isso, afirma, a violência no sul do Pará “passou a ser rotina”.

As providências reclamadas ao Ministério da Justiça também foram dirigidas ao governo do Pará.

— Não é possível mais continuar a

assistir, hoje, à sociedade refém da bandagem, que não está só nos morros, mas nos gabinetes refrigerados das prefeituras, câmaras municipais e outros órgãos em nível municipal, estadual e federal — protestou.

Diante da instabilidade institucional relatada, Ana Júlia fez apelo à Controladoria Geral da União (CGU) para que, em vez de promover sorteio, designe equipes para examinar a aplicação de verbas federais nos municípios paraenses com registros de violência contra autoridades.